CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0132/90 (D.E. de Mogi das Cruzes nº 023/90)

INTERESSADO: ALEXANDRE ALVAREZ RIOS

ASSUNTO: Recurso - avaliação final - E.T.E. "Presidente Vargas" - Mogi das Cruzes

RELATORA: Cons^a MARIA CLARA PAES TOBO

PARECER CEE Nº 345/90 - - APROVADO EM 21/03/1990

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

1.1 Alexandre Alvarez Rios, nascido em 04/12/73, em Mogi das Cruzes, cursou, em 1989, a 1ª série da Habilitação Profissional Plena de Técnico em Edificações na E.T.E. "Presidente Vargas", de Mogi das Cruzes, e, ao final do ano letivo, foi retido por falta de aproveitamento em Matemática, após estudos de recuperação, posto que obteve os seguintes resultados, conforme ficha individual anexada à contracapa do apenso:

1º B	2º B	3º B	4º B	Rec.	C.F.
5,0	6,0	D	D	D	D

1.2 Inconformado com a retenção nesse componente curricular, o aluno, representado por sua mãe, em 22/12/89, conforme fls. 13 e 14, solicitou à direção da escola revisão das avaliações realizadas no período de recuperação e reconsideração do conceito final, justificando, em síntese, o seguinte:

a - cursou no 1º semestre/89 a 1ª série da habilitação em questão no Colégio "São Marcos", de Mogi das Cruzes, onde obteve em Matemática as notas 5,0 e 6,0, respectivamente no 1º a no 2º bimestre que na Escola recipiendária foram transformadas no conceito "C";

b - de 1º/10 a 09/11, participou de Jogos Escolares deixando de assistir às aulas. No foi submetido "à avaliação no dia posterior à sua participação em uma série de jogos;

c - no período de recuperação, a professora não deu aulas, apenas tirou dúvidas, "apesar de sabermos que é impossível ter dúvidas alguém que não esteve presente às aulas, que não viu tal conteúdo por estar em outra escola ou participando de atividades extra-classe (no caso, os Jogos Escolares)"

1.3 A direção da Escola encaminhou o pedido às manifestações do Assistente Pedagógico, do Coordenador da Área de Exatas em conjunto com a professora do componente curricular em questão, e, finalmente, do Conselho de Classe. Após a respectiva análise decidiu-se pela manutenção da retenção, disto sendo dada ciência, em 04/01/90, ao pai do aluno - fls.16/26, 30/40;

1.4 Em 18/01/90, a mãe do aluno solicitou à Escola o encaminhamento do expediente à manifestação da D.E. de Mogi das Cruzas a posteriormente ao CEE, para qual dirige requerimento, cujo teor inclui sua réplica as manifestações apresentadas pela escola sobre seu filho; anexa, ainda, o depoimento de uma professora particular que contratou para aulas de Matemática fls. 3/12.

1.5 A D.E., entendendo que ao caso não cabe a aplicação da Resolução SE nº 235/87, posto que a Escola em pauta segue o R.C.E.E.T.E. do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", encaminhou o protocolado a este Conselho, através do Gabinete do Secretário da Educação - fls. 69/71.

2. APRECIÇÃO:

2.1 O C.E.E. deixou claro no Parecer CEE nº 443/88, que a Resolução SE nº 235/87 não se aplica às escolas técnicas estaduais, mantidas pelo CEET "Paula Souza". Porém, também deixou claro, no Parecer CEE nº 598/88, que as autoridades competentes da S.E. devem opinar conclusivamente sobre casos da espécie. Tanto assim que em sua Conclusão lê-se:

"... Solicitamos à SE que determine aos dirigentes de seus órgãos que os pronunciamentos a serem encaminhados a este Conselho sejam conclusivos e expressem claramente seu entendimento sobre o mérito do caso em questão".

2.2 O desempenho escolar do aluno em Matemática durante todo o ano foi fraco, tendo sido alertado quando de sua matrícula, por transferência, na Escola de destino.

2.3 No presente caso, em que pese ao fato de a D.E. de Mogi das Cruzes não entrar no mérito do pedido, posto que apenas levanta aspecto de natureza legal, adstrito à aplica-

ção da Resolução SE nº 235/87, analisando os autos à luz do Regimento Comum das E.T.E. do C.E.E.T. "Paula Souza", aprovado pelo Parecer CEE nº 1930/83, entendo, que não houve qualquer descumprimento das normas regimentais que regulam a matéria ou qualquer indício de discriminação contra o aluno, fatores estes que exigiriam a ação corretiva per parta deste Conselho, conforme explicitado, no Parecer CEE nº 155/87.

3. CONCLUSÃO:

3.1 Indefere-se o recurso interposta por Alexandre Alvarez Rios, referente à avaliação final, mantendo-se a decisão do Conselho de Classe da ETE "Presidente Vargas" de Mogi das Cruzes, que o considerou retido na 1ª série do 2º grau, Habilitação Profissional de Técnico em Edificações.

3.2 Reitera-se à SEE que determine aos dirigentes de seis órgãos que os pronunciamentos a serem encaminhados a este Colagiado sejam conclusivos e expressem claramente seu entendimento sobre o mérito do caso em questão.

São Paulo, CESG, aos 28/02/90

a) Cons^a MARIA CLARA PAES TOBO
RELATORA